

# OS ESTUDOS RURAIS E A ECONOMIA AGRÁRIA. NOVAS OPORTUNIDADES E DESAFIOS À INVESTIGAÇÃO<sup>1</sup>

Pedro Hespanha

Sociólogo. Faculdade de Economia de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

A asserção implícita no tema desta sessão é a de que o alargamento da UE, tal como a adesão dos países ibéricos em 1986, vai produzir nestes países uma alteração no quadro da sua inserção europeia - tanto pelo seu posicionamento numa economia diversificada, como pelo seu posicionamento numa institucionalidade frágil feita de um complexo equilíbrio de poderes. O aparecimento de novos constrangimentos e de novas possibilidades poderão vir a conduzir a uma redefinição do lugar dos territórios ibéricos.

A questão mais específica que se pretende debater neste contexto é a de saber se estamos ou não preparados para avaliar esse impacto e se dispomos ou não dos instrumentos teóricos e conceituais para analisar as mudanças. Importa proceder ao balanço do que já sabemos e do que precisamos de saber para discernir o novo nos processos de transformação dos espaços rurais.

Não sendo um especialista em temas da integração europeia e conhecendo do alargamento apenas os aspectos mais salientes que resultam do debate que a esse propósito se tem feito, optei por dar maior ênfase aos aspectos que têm condicionado a produção do conhecimento no domínio dos estudos rurais e que, do meu ponto de vista, continuarão a impedir uma percepção clara das mudanças, designadamente, em períodos de maior turbulência como o que se aproxima. Neste sentido, o alargamento servir-me-á apenas de pretexto e não de objecto autónomo de reflexão.

Devo esclarecer, à partida, que esta apresentação tem um propósito e uma preocupação. A preocupação consiste em apresentar um conjunto de questões básicas que condicionam o sucesso das políticas de desenvolvimento rural ou, mais genericamente, as políticas de intervenção em áreas rurais. Como e quem define os problemas e as soluções para o mundo rural? Quem são e como se “elegem” os destinatários das políticas? Porque falha a participação e o envolvimento dos rurais? Quais os custos de deixar alguns (muitos) para trás? Para que serve o Estado e as políticas públicas? A preocupação – que implica também uma óptica pela qual selecciono e hierarquizo os problemas rurais – não se trata tanto de uma preocupação com o crescimento económico e a competitividade das áreas rurais, mas respeita antes ao aumento das desigualdades sociais e territoriais e, portanto, ao problema da ruptura ou fragilização da coesão social, precisamente porque considero que a coesão social constitui um factor de produção ou uma condição geral do crescimento económico.

## 1. AS ECONOMIAS LOCAIS E O MUNDO RURAL

### *As indefinições sobre o rural*

Os traços que, por muito tempo, serviram para caracterizar o rural parecem estar a perder-se por força de diversos factores, que vão da difusão territorial dos padrões urbanos à fuga das cidades movida pela aspiração de uma melhor qualidade de vida. O efeito mais notório,

---

<sup>1</sup> Conferência na sessão plenária do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais "Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada" (Bragança, 24 de Outubro de 2003).

contudo, respeita às mudanças operadas ao nível do uso produtivo do espaço e consiste na ruptura com a especialização funcional que tradicionalmente reduzia o rural à agricultura e o urbano à indústria. Daí, o falar-se hoje, correntemente, de uma crescente indistinção entre áreas rurais e áreas urbanas

A tendência das últimas décadas para ir substituindo cada vez mais o conceito de "rural" pelo de "local" ou de "regional" explica-se, assim, em boa medida, quer pela evanescência do rural quer, também, pelo facto de a distinção tradicional rural-urbano se estar a tornar secundária face às contradições entre o global e o local ou entre o nacional e o local/regional.

Independentemente da maneira como os espaços rurais se tenham vindo historicamente a consolidar, há que reconhecer que a especificidade do rural não radica hoje apenas nestes aspectos de natureza económica relacionados com os modos de actividade predominantes ou com o uso do espaço. Outros critérios distintivos, de ordem demográfica, morfológica ou cultural, revelam-se igualmente importantes para entender as diferenças aparentemente irreduzíveis entre áreas rurais e áreas urbanas que ainda subsistem e impedem que a distinção se torne irrelevante (Pinto, 1984; Cavaco, 1994).

É que o espaço rural, apesar de se encontrar bastante descaracterizado por referência a qualquer dos critérios tradicionalmente usados para o delimitar, não perdeu a sua capacidade de conferir singularidade aos comportamentos e condutas sociais e de se constituir num vector importante de produção social de sentido, mais do que num espaço territorial de referência.

Por um lado, a crise do modelo de industrialização iniciada nos anos 70 conduziu a que certas regiões rurais se tornassem atractivas para os capitais em busca de condições mais favoráveis de investimento e, em particular, de mercados de trabalho dotados de maior flexibilidade, ainda que a localização das indústrias possa também justificar-se por condições históricas locais, isto é, por um certo protótipo de ruralidade. Seja como for, as condições capazes de atrair a indústria para as áreas rurais são hoje muito alargadas e diversificadas, operando quer ao nível dos comportamentos - v.g. os padrões de consumo e de bem-estar limitados, uma ética de trabalho intensivo, as solidariedades de parentesco e vicinais, o peso do clientelismo e da deferência, a falta de organização de interesses - quer ao nível das estruturas - v.g. a vitalidade das economias locais, a genealogia das actividades de elevada integração mercantil, as formas de reestruturação das economias agrícolas e de integração agro-industrial, a estrutura do emprego e dos mercados de trabalho rurais.

Por outro lado, as áreas rurais constituíram-se em espaços sociais alternativos às concentrações urbanas, devido à sua relação próxima com a natureza e ao tipo de sociabilidade, íntima e permanente, que se estabelece em agregados humanos de pequena dimensão. Desde Brian Berry (1976), as teses da contra-urbanização têm explorado este aspecto de um ponto de vista que enfatiza particularmente o lado repulsivo do modo de vida urbano. Mais recentemente, as teses da reemergência ou renascimento do rural acentuam, por seu turno, a revalorização ideológica do meio rural e dos seus modos de vida.

Um terceiro vector, ligado ao anterior, tem a ver com a centralidade dos recursos naturais de que as sociedades rurais têm sido garante. O uso da água e da terra e a produção da bio-massa tornaram-se hoje vitais para a sobrevivência humana e dependem ainda, em grande medida, dos grupos rurais que os apropriam ou promovem. A gestão camponesa dos recursos, prudente e respeitadora dos equilíbrios ecológicos, está em franco declínio enquanto diferentes forças e interesses concorrem para um uso incontrolado desses recursos numa

lógica estritamente mercantil. Um novo problema de articulação entre o subsistema rural e o subsistema global, incluindo neste último o próprio sistema político cujo poder regulador nesta matéria parece não deixar de se fortalecer, tem de ser forçosamente tido em conta.

A aplicação à sociedade portuguesa - e, penso eu, à espanhola - das teses da reestruturação industrial, da reemergência do rural e do primado da distinção global/local suscita, porém, algumas reservas, dadas as diferenças que existem entre estas sociedades e as sociedades onde tais teses se desenvolveram. É que, entre nós, a agricultura mantém ainda níveis relativamente elevados de emprego e os rendimentos nela gerados contribuem significativamente para sustentar, directa ou indirectamente, uma muito larga proporção de famílias. Acresce ainda o facto de as áreas mais marcadamente rurais continuarem a registar perdas demográficas, de as novas tecnologias ainda se concentrarem nas cidades, de a posse da terra continuar a definir, em muito lado, o estatuto social das pessoas e de as famílias e as comunidades ainda terem de garantir a satisfação de necessidades que noutros lados cabe ao Estado assegurar.

Ora o problema da pertinência da distinção rural-urbano em sociedades menos desenvolvidas, como são as nossas, é colocado por muitos autores como tendo a ver com o modo como um mesmo processo social (modernização, globalização, recomposição familiar, profissional ou étnica, mercadorização, etc) se manifesta em áreas urbanas e em áreas rurais. Para Howard Newby (1982), por exemplo, o uso da distinção rural-urbano só é problemático em sociedades onde esses processos se verificam indistintamente em umas e outras. Em sociedades com amplos espaços dominados pela produção agrícola, com sistemas sociais estruturados com base nas relações agrárias (basicamente relações de propriedade) e com zonas de baixa densidade populacional sem autonomia na provisão de consumos colectivos, a distinção rural-urbano conservaria validade heurística.

Neste sentido, entende-se que as áreas rurais, em Portugal e Espanha, apesar de se mostrarem fortemente dependentes de processos e envolvidas em dinâmicas que lhes são exteriores, continuam marcadas por um conjunto de atributos que lhes conferem uma certa identidade e, ao mesmo tempo, limitam a acção de políticas que foram idealizadas para realidades social e espacialmente distintas.

É certo que, sendo a realidade rural extremamente diversa e mutável, essa identidade e essa resistência assumem expressões muito variáveis nas diferentes configurações territoriais. Elas podem ser nulas ou muito reduzidas em espaços peri-urbanos, em espaços rurais densamente povoados ou em áreas de difusão industrial, moderadas em espaços intermédios de dominante agrícola e menos tocados pela urbanização e elevadas em zonas rurais profundas. Do ponto de vista da intervenção e das políticas, porém, a mesma razão para valorizar os vectores identitários e de resistência subsiste em qualquer caso.

Gostaria de salientar a importância deste aspecto.

É que o modo de intervenção que se veio a consolidar nos Estados modernos assenta na aplicação generalizada das medidas de política (serviços básicos à população, por exemplo) que se dirigem a toda a população e a todo o território nacional, não distinguindo sectores sociais ou espaciais particularizados. Neste sentido, raras são as políticas que se orientam expressa e deliberadamente para espaços urbanos ou para espaços rurais, mesmo em países, como os nossos, em que a distinção parece manter bastante pertinência.

Isso não impede, no entanto, que essas políticas de índole geral, em virtude da sua concepção ou da sua aplicação, não venham a ter um impacto muito diferenciado em um e outro desses espaços. Não ter em conta as particularidades do espaço rural, significa, com frequência, condenar esse espaço a uma situação de marginalidade face às políticas ou renunciar a uma distribuição mais equilibrada dos recursos.

Mas é o próprio processo de diferenciação crescente das áreas rurais, por força de dinâmicas que lhes são exteriores, que suscita a necessidade de uma intervenção pública orientada especificamente a minimizar os impactos dessas dinâmicas na desarticulação interna do espaço rural. O agravamento dramático dos problemas de ordem social e ambiental nas áreas rurais transforma esses problemas em verdadeiras questões de ordem nacional e, por esta via, impõe a intervenção pública através de medidas específicas para essas áreas.

Defendo não só a pertinência do conceito de rural como políticas específicas para o rural.

As mudanças ocorridas durante as três últimas décadas nas áreas rurais portuguesas ilustram bem este processo de diferenciação. Sujeitas cada vez mais às pressões de agentes exteriores, essas áreas sofreram uma recomposição interna e viram gerar-se, dentro de si, novas desigualdades e desequilíbrios.

Este problema tem suscitado uma forte intervenção social através de políticas públicas. É sobre os riscos que comprometem o sucesso das políticas que me irei ocupar a seguir.

### *1.1. O risco de não reconhecer a realidade*

As diferenças são particularmente visíveis, desde logo, a nível demográfico. A crise da agricultura enquanto actividade geradora de empregos e a dificuldade de os agricultores encontrarem localmente empregos remunerados noutras actividades conduziram, em regiões mais remotas ou menos dinâmicas do ponto de vista do emprego, ao abandono das aldeias pela população em idade activa e, daí, ao declínio demográfico e ao envelhecimento da população. Noutras, melhor localizadas, o abandono foi parcial ou totalmente compensado pela chegada de pessoas de outras origens, atraídas pelas vantagens de viver no campo. Noutras ainda, localizadas perto de centros urbanos ou de zonas de implantação industrial, a população activa manteve o seu espaço residencial de origem apenas se deslocando diariamente para trabalhar.

As consequências dos processos de êxodo populacional e de envelhecimento demográfico têm sido particularmente negativas para o desenvolvimento de grande parte do território e, em particular, para a conservação daqueles recursos e valores locais que têm vindo a ganhar um reconhecimento quase universal, como é o caso do património construído e natural, do património genético fortalecido por uma actividade agrícola "bem adaptada" ao meio ou da cultura organizativa e social local, suporte da capacidade reflexiva e da iniciativa das colectividades rurais.

O desafio para a investigação que estas mudanças nos colocam reside em conhecer, a partir da experiência dos actores, o universo das determinantes que influíram nas suas decisões de partir ou de ficar, as expectativas que cada um coloca na mudança como factor decisivo de melhoria da vida, a avaliação subjectiva do risco da mudança e os recursos que as pessoas estão em condições de utilizar para reduzir as hipóteses de falhanço. Trata-se de um dos domínios a) em que mais se evidenciam as debilidades e armadilhas do nosso conhecimento etnocêntrico e nivelador acerca dos segmentos "estranhos" (na acepção antropológica) da

nossa sociedade e b) de um domínio em que as políticas se orientam, em regra, para destinatários idealizados, muito distintos dos destinatários reais que decidem e agem no terreno.

O problema reside tanto nas categorias que usamos como na forma como as construímos.

Por isso, os instrumentos de observação da mudança — os inquéritos ou as entrevistas à população rural — para além de procurarem inquirir acerca dos sinais ‘objectivos’ das decisões que as pessoas tomam têm de recolher igualmente os significados pessoais das escolhas, as respectivas motivações e o grau de importância atribuído a cada uma das alternativas à mão.

Por outro lado, para conhecer a realidade, é preciso ter a consciência de que, em países como os nossos, existe um falta flagrante de indicadores sociais fiáveis, rigorosos, com níveis de desagregação adequados, comparáveis e acessíveis. São estes os cinco problemas cruciais com que o investigador social se defronta:

- Fiabilidade: a falta de fiabilidade resulta de sistemas de recolha artesanais, da má preparação e da falta de consciência dos produtores da informação (exemplo, alguns indicadores de saúde);
- Rigor: sendo os indicadores necessariamente simplificações da realidade, essa simplificação é, muitas vezes, demasiado grosseira (é o que se passa por exemplo, com os indicadores de emprego, desemprego, inactividade; é particularmente difícil reconhecer o trabalho informal, o trabalho doméstico e o trabalho autónomo). Por outro lado, conceitos difíceis de operacionalizar ou para os quais não existam operadores válidos — como os de exclusão social, marginalização, discriminação — limitam a utilidade dos indicadores sociais. Finalmente, os conceitos que subjazem à construção dos indicadores obedecem normalmente às preocupações das agências de produção estatística ou a visão institucional dos problemas e, por isso, não correspondem necessariamente à visão dos inquiridos sobre os seus problemas (é o caso dos indicadores de participação cívica, política ou cultural, que só reconhecem os modos de participação formais — em associações, partidos, agremiações — e não os informais).
- Desagregação: é muito escassa a produção de indicadores sociais desagregados ao nível da freguesia e, para aspectos muito importantes para a problemática da mudança rural, como os rendimentos familiares ou a qualidade do emprego, nem sequer existem dados ao nível do concelho;
- Comparabilidade: Não só as estatísticas oficiais sofrem graves problemas pela alteração das categorias, como os dados estatísticos produzidos pelos serviços dos diferentes Ministérios só por sorte são comparáveis;
- Acessibilidade: Apesar de tudo, é produzida muita informação de grande utilidade para o conhecimento social. Contudo, a maior parte dela perde-se ou não está acessível, entre outras razões, porque persiste uma cultura do secretismo na nossa administração pública. Em parte, ela esconde-se a coberto da regra da reserva confidencial sobre dados pessoais (Hespanha, 2001).

Sintetizando este ponto: torna-se indispensável o uso de metodologias de avaliação que permitam corrigir a visão “objectiva” dada pelos indicadores com a visão subjectiva dos

actores sociais intervenientes e, em particular, avaliar os efeitos das políticas tal como foram sentidos pelos próprios utilizadores dessas políticas. Nessas metodologias, os estudos intensivos transversais e longitudinais, como os estudos de caso, os painéis de famílias e as monografias parecem revelar-se particularmente adequados ao objectivo visado quando combinados com informação extensiva de qualidade.

## 1.2. *O risco de falhar o alvo*

Sendo as diferenças demográficas, em geral, secundárias relativamente às diferenças em termos de actividades produtivas e do emprego, as novas desigualdades regionais dentro do espaço rural resultaram quase sempre da diferente capacidade de atrair investimento e de gerar emprego detida pelas regiões.

Algumas regiões mostraram possuir factores de atractividade - como, por exemplo, a existência de uma força de trabalho com baixos salários, não sindicalizada e relativamente estável, uma tradição de empreendimentos de pequena dimensão e grande flexibilidade, a acumulação de importantes recursos financeiros recebidos por via das políticas agrícolas, uma facilidade de acesso acrescida em virtude das melhorias nos sistemas de telecomunicações e de transporte e uma capacidade de oferta de bens imateriais e posicionais para os quais existe uma procura solvente - e, por isso, essas regiões puderam captar investimentos.

A capacidade de aproveitar oportunidades está, porém, muito desigualmente distribuída e isto apesar de novas oportunidades estarem a surgir em função de, pelo menos, três tipos de dinâmicas distintos.

O primeiro tipo decorre da reestruturação espacial da economia (reforçado pela integração europeia) e das novas condições de atracção das áreas rurais para determinados segmentos ou sectores da indústria transformadora.

O segundo decorre das condições ambientais e vivenciais que apoiam a emergência de outras actividades económicas (turismo, recreio e lazer) ou até opções residenciais. Também aqui existem problemas de ordem social (vg. recomposição social) e problemas de ordem económica (vg. a tendência produtivista) os quais convém identificar, equacionar e, para eles, estabelecer orientação adequada.

O terceiro tipo de dinâmicas, muito próximo do anterior, decorre da valorização do espaço rural pelas funções de equilíbrio ecológico que desempenha. A sua preservação ou gestão torna-se independente das anteriores funções de lazer ou recreio que o mesmo espaço possa suportar.

Neste domínio, os desafios que se colocam à investigação residem na capacidade de entender as sociedades locais como espaços não apenas de cooperação como também de competição entre forças sociais, diferentemente dotadas de recursos e de projectos e diferentemente posicionadas para aproveitarem as oportunidades ou suportarem os constrangimentos das mudanças.

O problema tem a maior relevância prática uma vez que uma soma vultuosa de recursos tem sido canalizada nas duas últimas décadas para projectos de desenvolvimento rural e local, sem que a heterogeneidade social dos públicos, as diferenças de recursos e de poder, a trama

das redes e dos grupos de interesses, o historial dos episódios de cooperação e de conflito tivessem sido tidos em conta ou constituído um problema.

O meu argumento é o de que os benefícios dessa ajuda se distribuem muito desigualmente pelos diferentes grupos da população e que essa desigualdade não é arbitrária mas sim consistente com a distribuição local de recursos e de poder (incluindo o poder negocial). Desta forma uma parte da população – em regra aquela que mais necessitaria da ajuda, é sistematicamente afastada das oportunidades e, simultaneamente, quem sofre mais os efeitos negativos das mudanças.

São muitos os exemplos que se podem colher da prática dos projectos de desenvolvimento rural e dos relatórios de avaliação que sobre eles são produzidos.

Para facilitar o entendimento do que quero dizer, tomarei o exemplo do turismo rural. Se se tiver em conta a dimensão e a diversidade das ocupações directa ou indirectamente ligadas a essa actividade, torna-se flagrante a desproporção numérica e a divergência de interesses entre quem vive e cuida dos recursos — sejam o património arquitetónico rural, a paisagem rural preservada, os territórios da caça ou a floresta — e aqueles que estão interessados nesses recursos apenas pela oportunidade de valorização rápida do capital.

O desencontro entre as percepções e valores dos rurais e dos seus visitantes também não facilitam a integração da novidade. Como refere um autor (Francisco Duran, 1998:151), “enquanto que para os habitantes da cidade [o turismo rural] pode ser sinal de reencontro com a natureza ou de uma vivência ecológica, para os agricultores e camponeses ele pode significar algo tão degradante como deixarem de fazer o que sempre fizeram e dedicarem-se a ocupações tão pitorescas como ‘servir de distração ou levar a passear de burro a gente fina da cidade’”.

Nestas circunstâncias, - e agora generalizo de novo - os grupos que constituem o pano de fundo social dos novos empreendimentos resultantes da expansão do capital para as zonas rurais apresentam-se numa posição muito vulnerável no mercado dos produtos e dos serviços, por muitíssimas razões, mas desde logo por deficiências de organização e de informação e pela reduzida capacidade negocial, constituindo-se, inclusivamente, numa presa fácil para os agentes mediadores entre os produtores locais e os consumidores urbanos.

### 1.3. *O risco do familismo amoral*

Apesar das mudanças enunciadas, a actividade agrícola continua (e, por certo, continuará) a ser uma actividade marcante no mundo rural. Por isso, uma maior atenção e uma maior sensibilidade são necessárias para equacionar e revalorizar o futuro da actividade e da população nela envolvida, num âmbito mais alargado do que aquele que tradicionalmente inspira as políticas para o sector.

Como reconhece a própria legislação portuguesa, a agricultura consiste numa actividade económica multidimensional com impacte importante ao nível social, ambiental e de ocupação do espaço rural e essa multidimensionalidade tem de ser reconhecida pelas políticas a fim de, através dela, se preservarem os equilíbrios socio-económicos no mundo rural. Por isso, o aumento da produtividade e da competitividade da agricultura deve estar subordinado, por um lado, à "melhoria da situação económica e social da população agrária" e, por outro, ao "racional aproveitamento dos recursos naturais, com preservação da sua capacidade regenerativa e estímulo às opções culturais mais compatíveis com as condições agro-

climáticas e com as exigências qualitativas dos mercados, com vista a assegurar um nível adequado de segurança alimentar" (Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário: Lei 86/95 de 1 de Setembro)

A competitividade do sector agrícola deve assentar, assim, não tanto na intensificação da produção (que pode colocar em causa as oportunidades acima referidas) mas na qualificação e na integração, aquela a exigir um apoio técnico-científico, e esta um apoio organizacional e, em qualquer dos casos, com integração horizontal e vertical de parcerias.

Nas situações em que a melhoria significativa dessa competitividade, a valorização dos recursos e a fixação da população rural dependa da realização de infraestruturas colectivas, essas obras devem ser projectadas e enquadradas em programas especiais de desenvolvimento rural. Do mesmo modo, para as zonas agrícolas desfavorecidas que mostrem algum dinamismo ou capacidade de recuperação devem ser estabelecidos idênticos programas.

O problema não está no papel importante, motor – diria -, que as políticas públicas têm de desempenhar na criação de condições para o desenvolvimento – o que parece indiscutível. O problema está, quase sempre, na dificuldade em gerar iniciativa autónoma, mobilizar os recursos locais e criar confiança. O défice de iniciativa, as dificuldades de organização e a desconfiança sobre os resultados da acção colectiva podem explicar, tanto a progressiva marginalização das áreas rurais como a intervenção substitutiva das agências de desenvolvimento e das políticas públicas para prestar a ajuda que essas áreas não conseguem produzir. O problema estende-se à própria eficiência do poder e das instituições locais, uma vez que o desempenho das instituições é, em larga medida, modelado pelo contexto social em que elas operam.

O desafio à investigação coloca-se, agora, no domínio do conhecimento das dinâmicas da acção colectiva, do envolvimento dos actores em iniciativas que ultrapassem a dimensão particularista dos interesses individuais ou dos grupos primários, dos obstáculos à concertação de interesses, da legitimidade para liderar projectos colectivos e do peso das tradições cívicas e da confiança mútua intergrupala. Em suma, há que estudar os factores que impedem a mobilização dos actores locais, limitando a acção colectiva e fomentando a intervenção externa.

Sabe-se como nos nossos países se faz sentir, de uma forma generalizada, o peso de uma ética familista/individualista que inibe a expressão de impulsos associativos e de cooperação alargada e sabe-se também como muitos projectos, para se desenvolverem, têm de assentar mais em agentes externos do que nas forças da sociedade local, colapsando alguns mesmo, à partida, por falta de envolvimento colectivo. Sabe-se pouco, contudo, das razões porque essa ética persiste, de que se alimenta e como pode ser superada. Explicar esses comportamentos pelo atraso, pela irracionalidade dos actores ou pela seu individualismo atávico e confiar em que tais comportamentos têm uma expressão residual é manifestamente incorrecto.

As práticas sociais de cooperação e competição em áreas rurais apresentam configurações locais muito distintas entre si, consolidadas num tempo longo de interacção muito fechada e produto de equilíbrios de poder relativamente estáveis e laboriosamente instituídos. Podemos falar sem hesitação de sistemas sociais locais, entendendo estes como campos de actuação de forças sociais e grupos de interesse distintos, onde se definem as margens de manobra quer do individualismo quer da acção colectiva.



Robert Putnam, no seu estudo sobre as tradições cívicas na Itália moderna, mostra como as diferenças na vida cívica de um país – identificada esta com os níveis de participação na vida colectiva, com a orientação para o interesse público, com a igualdade no exercício da política, com a confiança e com a cooperação – essas diferenças se tornam decisivas para compreender o êxito das instituições. A par de regiões caracterizadas pela existência de redes sociais dinâmicas e uma tradição de participação cívica, ele detectou outras que mostram, persistentemente, manter uma estrutura de acção política muito verticalizada, uma vida social fragmentada e isolada e uma cultura de desconfiança.

Há quase cinquenta anos atrás, um outro americano – Edward Banfield –, preocupado com a ausência, na mesma Itália, de sinais de um associativismo local capaz de promover o progresso e o bem-estar geral, tentara explicar essa ausência por uma atitude de desconfiança que leva os indivíduos a refugiarem-se no mundo fechado das suas redes primárias, desvinculando-se das causas colectivas. Esta ética particularista, que ele designou de *familismo amoral*, tenderia a desenvolver-se em comunidades pobres e fortemente estratificadas onde não existem incentivos para que a participação em iniciativas colectivas resulte em benefícios para todos.

As teses de Banfield, estão hoje a ser revisitadas. Para Elisa Reis, uma cientista política brasileira de renome, o conceito de *familismo amoral* pode ser um instrumento útil de reflexão em sociedades, como as da América Latina, onde persistem grandes desigualdades sociais e que viram projectos de desenvolvimento fracassarem e, com eles, as esperanças de modernização frustradas (Reis, 37).

Também entre nós, os conceitos de “cidadania passiva”, “familismo”, “distância ao poder”, “sociedade civil estranha” e, mesmo, de “fascismo societal” têm vindo a ser usados como instrumentos de percepção e de inteligibilidade dos dualismos que atravessam a sociedade portuguesa e, em particular, a sociedade rural.

Falta, porém, evidência empírica, estudos de caso, indicadores comparáveis, reflexão teórica.

#### 1.4. *O risco da fragmentação social*

Uma outra questão importante digna de nota refere-se às dificuldades de adaptação dos agentes locais às novas condições de vida e de empreendimento económico nas áreas rurais transformadas e ao risco de individualização e fragmentação sociais.

Os efeitos das mudanças ocorridas na economia e na sociedade sobre os diferentes segmentos da sociedade rural são claramente visíveis. A nível da composição social das aldeias e da repartição de papéis e de poderes, a velha estrutura social baseada na posse da terra, deu lugar a uma estrutura social em que a distinção essencial se baseia na natureza do emprego, e que contrapõe aqueles que continuam a viver, exclusiva ou principalmente, da terra e aqueles que dispõem de empregos não agrícolas relativamente estáveis e bem remunerados. Nas regiões mais aptas a captar investimento, a procura de espaço para a instalação de novas actividades tem vindo a mostrar, contudo, que a importância da propriedade fundiária não desapareceu e que, pelo contrário, os seus detentores conseguem em boa medida controlar, através das estruturas locais de poder, não só a localização como o tipo de investimento.

No domínio específico da agricultura, apesar da orientação das políticas ter sido, durante muito tempo (e, porventura, ainda o ser) no sentido da especialização e intensificação das produções, para dar resposta às exigências imediatas dos mercados agrícolas, apenas em

reduzida medida esse objectivo foi alcançado. Isto não impediu que, por força da especialização, se tivesse verificado uma tendência para a segmentação dos produtores e das regiões, em virtude da emergência de um estrato reduzido, mas muito activo, de agricultores empresários.

Associadas à crescente integração e racionalização mercantil da agricultura, a mecanização e o aumento da área das explorações foram directamente responsáveis pela retracção do mercado de trabalho e pela dificuldade de a mão de obra agrícola dispensada aceder a empregos não agrícolas, mais exigentes em qualificação e mais concentrados nas zonas urbanas.

Finalmente, o aparecimento de uma atitude preservacionista por parte das classes médias - e designadamente por parte daqueles que escolheram residir em áreas rurais - representa um elemento novo a pressionar uma dada utilização dos espaços rurais, relacionada com a salvaguarda das amenidades rurais, com a conservação e com a recriação.

Da mesma forma que na agricultura, as novas actividades produtivas que têm vindo a desenvolver-se em espaço rural são o resultado de um processo de triagem que separou, dentre os agentes económicos locais, aqueles interessados e com condições para se envolverem em actividades modernas orientadas para o mercado dos outros sem condições para modernizar e obrigados a fazer uma gestão tradicional dos seus recursos.

A concorrência pelo uso dos recursos locais, sejam eles o espaço físico, a mão-de-obra ou os capitais, contribui para marginalizar ainda mais os pequenos produtores incapazes de manterem os seus recursos perante a enorme pressão a que são sujeitos, sob diferentes modalidades (promessas de remuneração elevada dos capitais e de criação de novos empregos). Sabendo que a sua sobrevivência, enquanto produtores autónomos, depende desses recursos, uma grande parte deles resiste de uma forma determinada e quase instintiva opondo-se a qualquer iniciativa que possa, eventualmente, afectar a sua estabilidade.

E esta atitude é tanto mais provável quanto a lógica individualista que quase sempre preside aos novos empreendimentos é, em grande medida, responsável pelo uso caótico do espaço que se está a fazer nos domínios da expansão urbanística, das actividades turísticas e da exploração agrícola e florestal dos solos. Não se respeita a diversidade desse espaço, nem as regras mais elementares de protecção do ambiente e do património, com consequências particularmente desastrosos para o património natural, arqueológico ou paisagístico.

Há que ter a consciência de que estas mudanças entram em ruptura com concepções fortemente enraizadas acerca da economia e da sociedade locais, contrapondo-lhes normas de conduta que são dificilmente aceitáveis. À cooperação entre vizinhos contrapõe-se a competição, ao particularismo das relações sociais contrapõe-se o universalismo do mercado, à gestão patrimonialista de conservação e melhoramento dos recursos, contrapõe-se uma gestão mercantilista baseada no lucro, à ética de poupança, contrapõe-se o consumismo, ao respeito pelas hierarquias sociais contrapõe-se o igualitarismo social.

Se bem que algumas resistências pareçam legítimas, há que distingui-las de outras resistências meramente conservadoras que provêm de sectores da sociedade rural interessados na manutenção das estruturas locais e para os quais a emergência de novos interesses representa um risco elevado de perda do poder que secularmente controlam. Frequentemente este poder dos notáveis locais, apoiando e apoiando-se na resistência dos pequenos produtores, constitui

um dos principais obstáculos não só às iniciativas privadas de criação de novas actividades produtivas, mas também aos programas de desenvolvimento local.

Sobre esta desigual condição dos rurais e sobre o impacto diferencial das políticas nos distintos segmentos das sociedades locais há também que investigar e conhecer. O fenómeno mais perverso e dramático associado aos efeitos das políticas é precisamente o da re-pauperização dos rurais.

A uma pobreza rural tradicional nos países e nas regiões do sul da Europa, nunca totalmente erradicada mas em muito aliviada pelo êxodo rural e a emigração das décadas de 60 e 70, sucede agora uma nova pobreza e novos padrões de desigualdades decorrentes a) quer da desarticulação interna causada pelo envelhecimento e a desertificação; b) quer da segmentação social das comunidades causada pela distribuição selectiva das oportunidades e dos riscos.

No que se refere a Portugal, todos os indicadores disponíveis apontam para uma relativa dualização da sociedade portuguesa e, em consequência disto, para uma marginalização crescente dos sectores mais periféricos da sociedade. Enquanto a dualização se traduz na coexistência de um sector economicamente viável com um sector meramente viável em termos sociais (onde se inclui uma parte da pequena agricultura familiar), a marginalização consiste em manter alguns segmentos da população em condições de pura subsistência, sem capacidade para contribuir de um modo positivo para a colectividade e, portanto, privada dos principais atributos da cidadania (Hespanha, 1995a).

Na esfera agrícola, em particular, a dualização aparece muito visível. Os produtores tendem a polarizar-se em torno ou de uma agricultura de tipo empresarial, integrada verticalmente na agro-indústria e fortemente dependente do crédito e dos mercados ou de uma pequena agricultura de tipo familiar baseada na valorização da terra e do trabalho e orientada prioritariamente para a reprodução dos produtores e das suas famílias.

De um ponto de vista estritamente económico, a integração europeia veio contribuir para um distanciamento ainda maior destas duas agriculturas, por diversas razões que me dispense aqui de enumerar (Hespanha *et al.*, 1998: 71).

Factores de outra natureza vieram amplificar, de igual modo, os efeitos de marginalização. Mencionarei apenas dois dentre eles. *Primeiro*, as mudanças na estrutura das famílias associadas à nuclearização, à recomposição dos papéis e ao aumento das famílias mono-parentais. *Segundo*, as mudanças na estrutura das comunidades, associada à diferenciação interna resultante da abertura das comunidades ao exterior, à secularização das relações de vizinhança resultante da erosão e ruptura dos laços sociais baseados na interdependência e ajuda mútua, e ao declínio das formas de organização social destinadas a assegurar a sobrevivência material da comunidade (comunitarismo, entreatajuda, mutualismo). Uma consequência da combinação destas mudanças foi a redução do papel providencial tanto das famílias (e, sobretudo, das mulheres) como da comunidade (Hespanha, 2002).

A agudização dos problemas sociais nas áreas rurais a que estamos a aludir não foi compensada pela elevação dos níveis de protecção social pública ou pelo aparecimento de novas políticas apropriadas. Ao invés, a provisão de infraestruturas e de equipamento social,

bem como as transferências monetárias para as pessoas em dificuldades tem vindo a tornar-se mais escassa nessas áreas<sup>2</sup>.

Hoje manifestam-se duas tendências algo contraditórias na decisão política sobre os níveis de protecção social que o Estado deve assegurar às áreas rurais: por um lado, uma tendência para aumentar a cobertura e os níveis de protecção com vista a reduzir as desigualdades regionais, respeitando assim os objectivos estabelecidos na Constituição Política de desenvolver um Estado de Bem Estar moderno e universalista; por outro lado, uma tendência para restringir e tornar mais selectivos os investimentos sociais por forma a garantir a respectiva solvabilidade económica. Ora, nas regiões que estão a sofrer de um declínio demográfico ou a registar uma concentração de população de alto risco social, como é o caso das áreas rurais mais remotas e envelhecidas, o efeito destas duas tendências corresponde ou a uma redução da oferta de serviços (“desinvestimento demográfico”) ou a uma degradação da qualidade desses serviços (“residualismo demográfico”). Em qualquer dos casos, as populações estão a suportar custos sociais elevadíssimos o que contribui não só para a perpetuação dos padrões tradicionais de pobreza rural como para uma amplificação das dinâmicas repulsivas e dos seus efeitos mais visíveis: o envelhecimento e a desertificação rurais (Hespanha, 1996).

*A necessidade de ter políticas que promovam as áreas rurais e reduzam os seus desequilíbrios internos*

O que merece ser retido do exposto é que as políticas de desenvolvimento regional não podem ignorar os efeitos da transformação da sociedade rural nas últimas décadas. Não podem ignorar o efeito de diferenciação regional a que tem estado sujeita e que justifica formas de intervenção diferenciadas consoante a natureza dos próprios espaços rurais (peri-urbanos, intermédios, profundos, etc.). Não podem ignorar o efeito de diferenciação social, responsável pela marginalização de uma significativa camada da população sem condições para se integrar nos novos projectos e também pela emergência de novos interesses e agentes que competem pelo uso dos recursos. Não podem ignorar os efeitos de uma postura meramente passiva do Estado e das políticas públicas perante sociedades locais inigualitárias e dominadas por poderosas redes clientelares. Não podem ignorar a incapacidade de a população marginalizada aceder por si própria às oportunidades de promoção e de emancipação oferecidas pelos programas. Não podem ignorar o efeito da emergência de novos valores e de novas atitudes, radicalmente distintos dos que orientam a vida da maioria da população das aldeias, quando se quer fazer participar toda a população nas acções de desenvolvimento.

Contrariamente às concepções neo-liberais que têm vindo a inspirar muitas políticas públicas, o papel regulador do Estado nesse processo de desenvolvimento continua a ser decisivo para evitar que aumentem as desigualdades sociais e a segregação social entre o espaço urbano e o espaço rural ou entre as diferentes componentes do espaço rural. É preciso ter a consciência de que a substituição dos projectos públicos de desenvolvimento dos recursos locais por medidas de incentivo a empresas privadas e outras iniciativas de base local não tem apenas efeitos positivos. Ela pode também levar a uma acrescida diferenciação das áreas rurais deixando para trás aquelas comunidades em que os padrões de procura sejam limitados e as necessidades de desenvolvimento mal reconhecidas.

---

<sup>2</sup> Como mostra um estudo recente por nós realizado sobre a vitalidade da “Sociedade-Providência” no norte de Portugal (Hespanha e Portugal, 2002)

Sabidas as dificuldades que a população rural (ou pelo menos grande parte dela) encontra para exprimir as suas próprias necessidades e para procurar autonomamente uma saída para essas necessidades, o papel regulador do Estado deve assentar num tipo de intervenção diferente, mais descentralizada e partilhada, capaz de envolver na discussão e descoberta de soluções os diferentes actores sociais desde as autarquias, as associações, as organizações voluntárias e outras instituições locais... e, obviamente, o cidadão comum.

Apontar para novas forma de intervenção pública não implica o abandono das funções que tradicionalmente cabem Estado nas acções de desenvolvimento, designadamente, a de promover a criação de infraestruturas colectivas de interesse local ou regional ou suportar programas de valorização dos espaços rurais. Neste sentido, torna-se particularmente importante dar continuidade a políticas de promoção dos espaços rurais evitando deste modo, também, a descridibilização social do papel do Estado. Trata-se de medidas que permitem reforçar a mobilização dos próprios actores locais necessária para que se estabeleçam termos de troca mais equilibrados entre as forças locais e as forças externas que competem pelo desenvolvimento regional. É que o reforço institucional que se advoga tem de ir de par com uma acrescida mobilização dos actores locais. Para isso, as comunidades devem não só ter uma composição de idades, rendimentos e ocupações equilibrada, como serem activas, isto é, serem capazes de gerar empregos, acolher população e gerar outras oportunidades para o investimento exterior.

Mas há que ir mais longe neste domínio. É preciso mobilizar mais decididamente o potencial de desenvolvimento que representa a aplicação da ciência e da tecnologia aos programas de valorização dos espaços rurais. Existindo a nível local e regional um capital apreciável constituído por instituições de ensino e investigação de nível superior, a sua contribuição parece estar longe de se ter esgotado. Importa, por isso, envolver mais as instituições, reforçando a capacidade de mobilização e os estímulos necessários para que se estabeleçam programas adequados a produzir os instrumentos de intervenção necessários, sejam eles na área dos estudos básicos de carácter socio-económico, na área da concepção de projectos, na área da aplicação de novas tecnologias, na da medição de impactos e avaliação de projectos; e, finalmente, para que se faça uma capaz disseminação dos saberes adquiridos na intervenção e das práticas bem sucedidas, eventualmente com articulações internacionais.

## 2. AS OPORTUNIDADES E OS DESAFIOS DA INVESTIGAÇÃO

Estará a comunidade científica preparada para dar resposta a todos estes problemas que tenho vindo a enunciar ?

Quando compulsamos a informação sobre a investigação financiada pela principal agência portuguesa de apoio à investigação científica (a Fundação para a Ciência e a Tecnologia) a nota que mais marcantemente ressalta é a da quase inexistência de projectos financiados no domínio dos estudos rurais. Refira-se, de passagem, que os projectos financiados pela área das “ciências agrárias e florestais” não incluem pesquisa no âmbito dos estudos rurais ou quaisquer abordagens das ciências sociais sobre a actividade agrícola.

No total de 2560 projectos aprovados pela FCT entre 1995 e 2002, apenas 8 projectos pertencem a este domínio e, se atendermos à distribuição das aprovações no tempo, a penúria de investigação social rural de nível avançado parece estar-se a agravar. Para ser mais explícito: nenhum projecto foi aprovado nos anos de 2000, 2001 e 2002, apenas um projecto foi aprovado em 1999 (na área da antropologia), um projecto em 1998 (na área da “sociologia e demografia”), dois projectos em 1997 (um na área da “antropologia” e outro na da

“geografia”), um projecto em 1996 (na área da “sociologia e demografia”) e dois em 1995 (um na área da “sociologia e demografia” e outro na área da “geografia”).

Já agora, quanto aos temas cobertos pelos projectos aprovados: 1 versa sobre desenvolvimento rural, outro sobre o modelo rural e agrícola, 2 sobre o envelhecimento rural, 1 sobre resistência e conflitualidade camponesa e os restantes 2, um sobre turismo rural e o outro sobre serviços locais (cfr. Tabela 1).

Durante este período todos os projectos aprovados se repartiram pelas áreas disciplinares da “Sociologia e demografia”, da “Antropologia” e da “Geografia”. Nenhum projecto nas restantes áreas das ciências sociais foi aprovado ( “economia”, “gestão”, “direito”, “ciência política”, “psicologia”, “ciências da educação” e “ciências da comunicação”).

A segunda instituição portuguesa a mencionar no domínio da investigação agrária é o Instituto Nacional de Investigação Agronómica e das Pescas (INIAP), um laboratório do Estado dependente do Ministério da Agricultura. Nos termos usados pela própria instituição, cabe ao INIAP “um papel determinante no enfrentar com êxito os desafios que se colocam ao mundo agrícola e rural português”. Dentre as cinco áreas prioritárias de estudo estabelecidas pelo Governo para esta instituição conta-se a das “Estruturas, território e desenvolvimento” ( Cfr. n.º 2 do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril) e dela se encarrega o DEESA - Departamento de Estatística Experimental, Economia e Sociologia Agrária.

Esta prioridade encontra-se enquadrada na área científica de actuação *Economia e sociologia agrárias – desenvolvimento* centrada sobre as dimensões socioeconómicas da agricultura, o que envolve o estudo da “economia do sector agro-florestal”, mas também, e sobretudo, “as funções da agricultura na sua articulação com outros usos do território no seio das dinâmicas locais e regionais de desenvolvimento”. Dois grandes domínios de investigação são expressamente considerados: o das *estruturas agrárias* (das explorações/empresas agrícolas à comercialização dos produtos e às estruturas de enquadramento) e o do *território e desenvolvimento rural e regional* (o território como foco integrador das actividades/fileiras produtivas e das relações sociais e económicas dos que nele vivem)”).

No momento presente, o DEESA desenvolve cerca de 20 projectos, autonomamente ou com recurso a parcerias externas, mas apesar da sua grande diversidade temática a maioria dos projectos concentra-se em problemáticas associadas à economia da produção agrícola, designadamente em estudos sobre a sustentabilidade de certos sistemas culturais e sobre a gestão dos recursos produtivos<sup>3</sup>, ficando a descoberto as componentes mais sociológicas da realidade rural.

#### Fundação Calouste Gulbenkian

---

<sup>3</sup> Esses projectos são os seguintes: Dinâmicas socio-económicas dos espaços rurais (AGRO 62); Sistemas agrários e gestão do espaço (PARIPIPI/MCT C e E); Planeamento e gestão agrícolas segundo objectivos económicos e ambientais (PIDDAC 101); (PARIPIPI/MCT E); Estratégias de minimização dos custos de produção (PIDDAC 171); Valorização da qualidade e promoção da segurança alimentar (PARIPIPI/MCT B); Valorização dos produtos e recursos regionais (PARIPIPI/MCT C) e de Produtos tradicionais com designações de origem (PIDDAC 146); Etnobotânica (AGRO 135) (UE DOLPHINS sobre produtos com denominação de origem); Sistemas de gestão e uso da água (AGRO 350, AGRO 10; Avaliação de sustentabilidade dos sistemas culturais e estudos sobre recuperação de solos (com o Departamento de Ciência do Solo) (AGRO 140; PIDDAC 105, 141, 111 e 185); e Políticas florestais (no âmbito da acção da UE COST E19 sobre programas florestais nacionais).

Uma referência de passagem à FCG. A investigação científica própria da Fundação está hoje concentrada no Instituto Gulbenkian de Ciência e este exclusivamente orientado para as ciências biomédicas e apenas indirectamente, através da atribuição de bolsas, a FCG contribui para a investigação em outras áreas. Fica a memória de um passado em que a FCG teve um papel importantíssimo na dinamização do estudo dos problemas económicos da agricultura e da sociedade rural portuguesa, designadamente através do Centro de Estudos de Economia Agrária.

Em Portugal, são as Universidades (mais raramente alguns Institutos Politécnicos) que promovem o grosso da investigação sobre o mundo rural. Fortemente dependentes de financiamento externo para lançar grandes projectos, estas instituições vivem muito da investigação associada aos estudos pós-graduados (mestrados e doutoramentos) e a programas europeus.

Quanto aos estudos pós-graduados, há que reconhecer que o resultado científico traduzido em teses de doutoramento e de mestrado ou em livros publicados não é muito animador.

Quanto aos projectos europeus, ou seja, à investigação financiada por programas europeus, os números aparentemente são mais expressivos<sup>4</sup>.

Em praticamente 20 anos, mais precisamente entre 1983 (1º quadro) e 2002 (5º quadro), as instituições portuguesas viram-se envolvidas em cerca de 180 projectos que, de uma forma ou outra, tocavam as problemáticas rurais. No mesmo período a Espanha registava um número de 314 projectos (tabela 1).

Todavia, quando se analisa o conteúdo dos projectos verificamos que, também aqui, os resultados não são nada animadores quanto ao impulso que possam ter proporcionado aos estudos rurais.

*Primeiro*, a maior parte dos programas que suportavam estes projectos dizem respeito a áreas científicas duras distintas das ciências sociais e, portanto, abordam objectos que claramente saem fora do âmbito dos estudos rurais: é o caso dos programas sobre “agricultura e pescas”, “energia”, “ambiente e clima”, “tecnologias de comunicação” ou “cooperação internacional”.

*Segundo*, programas orientados para problemáticas enquadráveis nos estudos rurais, como “crescimento sustentável”<sup>5</sup>, “capital humano”<sup>6</sup>, “qualidade de vida”, “estudos socio-económicos” ou “competitividade agrícola”<sup>7</sup> adoptam perspectivas analíticas que não

---

<sup>4</sup> No seu conjunto os programas europeus têm envolvido além das universidades e dos centros de investigação também os laboratórios do Estado, como o DEEESA e organizações privadas.

<sup>5</sup> Programa GROWTH: 1. DESIRE - DESigns for Inter-urban Road pricing schemes in Europe (Privado PT, 1º); 2. TAPESTRY- Travel Awareness Publicity and Education supporting a Sustainable TRansport strategY in Europe (Privado PT, 2º); 3. LIFETIME- Lifetime engineering of buildings and civil infrastructures (LNEC, 2º)

<sup>6</sup> Human Potential: 1. NOVTECH - Novel technology for controlling wine production and quality; 2. **FERP- The future of Europe's rural periphery. The role of entrepreneurship in responding to employment problems and social marginalisation** (ICS, 2º); 3. **INNOVALOC- Innovation dans les petites et tres petites entreprises et dynamique du developpement local** (Univ. do Algarve, 1º);

HCM – Human Capital and Mobility: 1. **RUSSTIC - Proposal for a scientific and technical cooperation network in economic and social aspects of Rural change and development - rural social science technical cooperation network** (Univ. Aveiro, 2º); 2. Using existing soil data to derive hydraulic parameters for simulation models in environmental studies and in landuse planning (ISA, 2º).

<sup>7</sup> 1. HYDRA - application of information modelling and decision support systems to irrigation in european mediterranean agriculture (ISA, 2º); 2. **Policies for structural change of small farm agriculture in italy and portugal** (ISA, 1º contratante); 3. Exploitation of mediterranean roughages and by-products (ISA, 2º); 4.

reconhecem qualquer especificidade teórica ao contexto rural de referência e à racionalidade distinta dos actores.

*Terceiro*, independentemente da ressalva colocada, o número de projectos desta última categoria é extremamente baixo (cerca de 25), sendo que dos 10 estudos sobre “competitividade agrícola”, apenas dois abordam temas claramente rurais: um sobre as particularidades das políticas orientadas para a mudança estrutural das explorações agrícolas familiares e o outro sobre as condições para um desenvolvimento rural endógeno. Os restantes consistem em estudos econométricos sobre determinadas culturas ou recursos. Quanto aos designados “estudos socio-económicos” apenas se integra neste programa um único projecto e, mesmo assim, ele trata da relação entre as universidades e o meio rural (oferta de produtos e serviços). Quanto aos 5 projectos sobre “capital humano” apenas 3 recobrem as problemáticas rurais.

Quarto, nestes projectos as instituições portuguesas raramente assumem a condição de coordenadores internacionais, o que significa que a iniciativa do projecto – e, muitas vezes, o próprio desenho do projecto, incluindo a definição das categorias analíticas – lhes escapou.

Diria, para concluir, que os estudos sociais rurais não têm aproveitado suficientemente destas novas oportunidades de apoio financeiro, embora esta conclusão não possa ser dissociada do facto de em todos os locais onde se desenvolvem esses estudos se ter verificado, há mais ou menos tempo, uma abertura a outras áreas disciplinares que têm roubado recursos e promovido a emigração dos ruralistas. A crise da investigação, a existir, é sobretudo uma crise de recursos humanos e não tanto de financiamento ou, ainda menos, de falta de objecto, como anteriormente procurei mostrar.

Se dúvidas houvesse quanto à actualidade dos estudos rurais, a presença de um público muito alargado em reuniões científicas deste tipo, o número crescente e a novidade das comunicações apresentadas, o dinamismo de uma ampla camada de técnicos envolvidos em programas de desenvolvimento rural, encarregar-se-iam facilmente de as dissipar.

O que falta, quanto a mim, é uma estratégia concertada de investigação que, partindo de uma agenda comum de questões fundamentais, permita congregar as pessoas e as energias dispersas em torno de um programa mais ambicioso de pesquisa. Algo que a Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER) e a Asociación Española de Economía Agraria (AEEA), para falar apenas nas duas promotoras deste Colóquio, poderiam bem tomar a seu cargo.

Seja como for, as instituições de ensino e investigação de nível superior – e hoje largamente disseminadas pelo território – devem ser também envolvidas nesse estratégia pois a sua contribuição parece estar longe de se ter esgotado. Esse envolvimento deve passar – é uma sugestão – pela criação de programas de pós-graduação adequados a produzir reflexão e instrumentos de intervenção necessários a quem trabalha no terreno, seja na área dos estudos básicos de carácter socio-económico, seja na área da concepção de projectos ou da avaliação

---

Control of n supply and irrigation of field grown vegetable crops by computer model and fertigation (ISA, 2º); 5. Agricultural diversification from older varieties of apples and pears, of fresh figs and chestnuts (ISA, 2º); 6. Technical and economical analysis of the dehesa and montado systems (ISA, 2º); 7. Agricultural videotex information ergonomics (Direccao-Geral de Planeamento e Agricultura, 2º); 8. Evaluation of local fodder resources in the mediterranean areas (Estacao Zootecnica Nacional, 2ª); 9. **Design methods for endogenous regional development** (UTAD, 2º); 10. Optimisation of out-of-season cropping in mild winter greenhouses by crop diversification, quality improvement and better use of production means (ISA, INIA, DR Algarve, 2º).



dos impactos desses projectos.

Sem um investimento sério na formação dos técnicos assente numa auto-reflexão sobre as sua prática e num conhecimento aprofundado dos processos sociais que condicionam a sua intervenção não seremos capazes de promover um desenvolvimento capaz de assegurar a coesão social e a equidade territorial.

## Referências bibliográficas

- Banfield, Edward (1958) *The Moral Basis of a Backward Society*. New York, The Free Press.
- Berry, Brian (1976) “Urbanization and Counterurbanization”, *Urban Affairs Annual Review*, vol. 11.
- Boden, F.; Canete, M.A.; Molterer, W.; Pinto, A. S.; Gaymard, H.; Hppart, J.; Walsh, J. (2003). *Algumas dicas simples para a gricultura europeia*.
- Cabral, M. Villaverde (1997) *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras, Celta.
- Cavaco, C.; Sampaio, A. (1994) *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*, Lisboa, PAOT e DDDR.
- Elias, Norberto; Scotson, John (1994) *The Established and the Outsiders*. London, Sage.
- Hespanha, P. (1996) “Seis Teses sobre as Acções de Desenvolvimento em Áreas Rurais”. In *Teses em Debate*. Tondela, *Manifesta 96*
- Hespanha, P. (2000) “Mal-estar, conflitualidadee violência no mundo rural português. A crise dos anos 90”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 57/58:25-51
- Hespanha, P. (2001) “A avaliação na perspectiva dos cidadãos”. In Actas do Seminário *Conhecer Melhor Para Agir Melhor. A Experiências dos Observatórios* (29-33). Lisboa, Direcção-Geral de Acção Social
- Hespanha, P.; Carapinheiro, G. (org.) (2002) *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais ?* Porto, Afrontamento
- Hespanha, P.; Portugal, S. (2002) *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência* . Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte
- Hespanha, Pedro (1999) “Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa”. In *Cadernos de Políticas Sociais*, nº1:15-42.
- Hofstede, G. (1984) *Culture’s Consequences: International Differences in Work-related Values – 1968/72*. London, Sage.
- Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion (2002) *Hechos y cifras del sector agroalimentario y del medio rural español*. In <http://www.mapya.es/indices/pags/info/index.htm>
- Newby, Howard (1978) “The Rural Sociology in Advanced Capitalist Societies”, In Howard Newby (org.) *International Perspectives in Rural Sociology*. Chichester, John Wiley.
- Pinto, J. Madureira (1984) *Estruturas Socais e Práticas Simbolico-Ideológicas nos Campos*. Porto, Afrontamento.
- Pinto, Sevinate (2003) *Revisão Intercalar da PAC*. Intervenção do Ministro da Agricultura no CM da Agricultura e Pescas da UE. (Bruxelas, 27-28 de Janeiro).
- Reis, Elisa (1998) “Banfield’s Amoral Familism Revisited: Implications of High Inequality Strucures for Civil Society”. In Jeffrey Alexander (ed.) *Real Civil Societies. Dilemmas of Institutionalization*. London, Sage.
- Reis, José (2002) “Observar a Mudança: o papel dos Estudos Rurais”. *Oficinas do CES*, nº 165. In [www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/165](http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/165)
- Santos, Boaventura S. (org.) (2002) *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civ ilização Brasileira.

## Anexos

Tabela 1. 1995-2002 – PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO APROVADOS PELA FCT

	Sociologia e demografia	Antropologia	Geografia
1995	2 (envelhecimento; modelo agrícola e rural)	0	1 (Desenvolvimento rural)
1996	1 (criação de emprego)	0	0
1997		1 (Resistência e agitação)	1 (Serviços)
1998	1 (envelhecimento)	0	0
1999	0/81	1 (turismo rural)	0
2001	0/29	0/8	0/5
2002	0/11	0	0

Fonte: FCT, Base de dados sobre projectos aprovados.

Tabela 2. 1983-2002

### PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO APROVADOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS EUROPEUS

Programa	Domínios	Nº de projectos	
		Portugal	Espanha
<b>5<sup>th</sup> FWP - 1998-2002</b>			
<i>EESD</i> - Programme for research, technological development and demonstration on "Energy, environment and sustainable development, 1998-2002"	Energia	23	42
<i>GROWTH</i> - Programme for research technological development and demonstration on "Competitive and sustainable growth 1998-2002"	Crescimento sustentável	4	9
<i>Human Potential</i> - Programme for research, technological development and demonstration on "Improving the human research potential and the socio-economic knowledge base, 1998-2002"	Capital humano	3	2
<i>INCO - 2</i> - Programme for research, technological development and demonstration on "Confirming the international role of Community research"	Investigação comunitária	12	16
<i>IST</i> - Programme for research, technological development and demonstration on a "User-friendly information society"	Soc. da informação	5	6
<i>LIFE QUALITY</i> - Specific Programme for research, technological development and demonstration on "Quality of life and management of living resources"	Qualidade de vida	19	41
<b>4<sup>th</sup> FWP - 1994-1998</b>			
<i>ENV 2C</i> - Specific programme of research and technological development in the field of environment and climate,	Ambiente e clima	8	15
<i>FAIR</i> - Specific research, technological development and demonstration programme in the field of agriculture and fisheries (including agro-industry, food technologies, forestry, aquaculture and rural development)	Agricultura e pescas	20	40
<i>INCO - 1</i> - Specific research, technological development and demonstration programme in the field of cooperation with third countries and international organizations	Cooperação c/ países terceiros	12	17
<i>NNE JOULE C</i> - Specific programme for research and technological development, including demonstration in the field of non-nuclear energy	Energia não nuclear	5	7
<i>NNE Thermie C</i> - Specific programme for research and technological development, including demonstration in the	Energia não nuclear	1	3

field of non-nuclear energy			
<b>TELEMATICS 2 C</b> - Specific programme of research and technological development and demonstration in the area of telematic applications of common interest	Telemática	12	24
<b>TSER</b> - Specific programme of targeted socio-economic research	Estudos socio-económicos	1	1
<b>3<sup>rd</sup> FWP - 1990-1994</b>			
<b>AIR</b> – Specific research and technological development and demonstration programme (EEC) in the field of agriculture and agro-industry, including fisheries,	Agricultura e pescas	13	23
<b>ENV IC</b> - Specific research and technological development programme (EEC) in the field of the environment	Ambiente	3	7
<b>HCM</b> - Specific research and technological development programme (EEC) in the field of human capital and mobility	Capital humano e mobilidade	2	3
<b>JOULE 2</b> - Specific research and technological development programme (EEC) in the field of non-nuclear energy	Energia não nuclear	6	21
<b>ORA</b> - Specific programme of research and technological development (EEC) in the field of telematic systems in areas of general interest - Telematics systems for rural areas	Telemática	1	8
<b>RACE 2</b> - Specific research and technological development programme (EEC) in the field of communication technologies	Tecnologias da comunicação	5	3
<b>RENA</b> - EU Preparatory action on renewable energies, 1994	Energias renováveis	3	4
<b>STD 3</b> - Specific research and technological development programme (EEC) in the field of the life sciences and technologies for developing countries	Tecnologias para países em desenvolvimento	6	4
<b>2<sup>nd</sup> FWP - 1989-1992</b>			
<b>CAMAR</b> - Research and technological development programme (EEC) in the field of competitiveness of agriculture and management of agricultural resources	Competitividade agrícola	10	14
<b>RACE 1</b> - Community programme (EEC) in the field of telecommunications technologies	Tecnologias da comunicação	1	1
<b>STEP</b> - Two specific research and technological development programmes (EEC) in the field of the environment	Ambiente	1	2
<b>1<sup>st</sup> FWP - 1983-1987</b>			
<b>FAST 2</b> - Research programme (EEC) on forecasting and assessment in science and technology (FAST)	Previsão e avaliação	1	1
Outros programas			
<b>ALTENER 2</b> - Multiannual programme for the promotion of renewable energy sources in the Community, 1998-2002	Energias renováveis	3	6
<b>Leonardo da Vinci</b> - Action programme for the implementation of a European Community vocational training policy Leonardo da Vinci, 1995-1999	Educação e Formação Profissional	16	20
<b>ENDEMOC</b> - Programme (EEC) of demonstration projects and industrial pilot projects in the energy field, 1985-1989	ENG – Programas de Energia	3	8
<b>PETRA 1</b> - Action programme (EEC) for the vocational training of young people and their preparation for adult and working life, 1988-1992	Educação e Formação Profissional	3	7
<b>COST</b> - European cooperation in the field of scientific and technical research , 1971	CI – Cooperação Internacional	7	7
<b>STRIDE</b> - Community initiative (EEC) concerning regional capacities for research, technology and innovation, 1990-1993	REG – capacidades regionais	1	-
<b>LIFE 1</b> - Regulation (EEC) establishing a financial instrument for the environment, 1992-1995,	ENV - Ambiente	1	6
<b>LIFE 2</b> - Financial instrument for the environment, 1996-1999	ENV - Ambiente	2	3

